

-----**Ata número dois de dois mil e vinte e três**-----

--Ao vigésimo sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Ordinária, no auditório Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período antes da ordem do dia; -----
 2. Período ordem do dia; -----
 - a) Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);-----
DELIBERAÇÃO: Foi tomado conhecimento.-----
 - b) Regulamento Municipal do Programa Social de Apoio à Habitação do Município de Mesão Frio – alteração – Proposta de Aprovação;-----
DELIBERAÇÃO: Foi aprovado por unanimidade.-----
 - c) Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 19 de dezembro de 2022, nos termos do n.º 1 artigo 30.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 – Tomar Conhecimento;-----
DELIBERAÇÃO: Foi tomado conhecimento.-----
 - d) Relatório de Diagnóstico “Mais Igualdade para Mesão Frio” - Em termos de Igualdade de Género no Município – Tomar Conhecimento;-----
DELIBERAÇÃO: Foi tomado conhecimento.-----
 - e) Regimento de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local – EIVL – Tomar Conhecimento;-----
DELIBERAÇÃO: Foi tomado conhecimento.-----
 - f) Prestação de Contas do Exercício de 2022, com inclusão do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações do Município e respetiva avaliação – Proposta de Aprovação;-----
DELIBERAÇÃO: Foi apreciada tendo se registada com treze votos a favor e seis votos contra do PPD/PSD e do MMMF. Os membros do PPD/PSD e MMMF apresentaram respetivas declarações de voto. -----
 - g) 1ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2023 – Proposta de Aprovação;-----
DELIBERAÇÃO: Foi aprovado por maioria com quinze votos a favor e quatro abstenções do MMMF.-----
 - h) Assunção de Encargos Plurianuais referentes às empreitadas para reparação dos danos provocados pelas cheias e inundações de dezembro/ 2022 e janeiro/2023 (Despacho n.º 3484/2023, de 17 de março) – Proposta de Aprovação;-----
Retirado da Ordem de trabalhos.-----
- Período aberto ao publico; -----

Presentes os senhores, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a sessão às vinte e uma horas e catorze minutos, primeira secretária Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa, segundo secretário, Luís Miguel Silva Marques, Pedro Miguel Alves Poças, Marco António Gonçalves Teixeira, Joana Monteiro Pires de Lima, Elisa Maria Pinto Campelo Araújo (em substituição do membro Jorge Filipe Portela, tendo, para o efeito, tomado posse) Eduardo Branco dos Santos, António César Vicente Nunes, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Francisco Guedes Moreira, José Ângelo Pinto Vieira, Carlos Alexandre Dias Pereira (PS), Anabela Valério Marrafa de Macedo, Carlos Alberto Esteves Miranda, Vítor Manuel Vieira de Oliveira (em substituição do membro Margarida Correia Pinto) e Hugo Sérgio da Silva Marques de Sousa (MMMMF), Maximiano Pereira Correia e Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim, (PPD/PSD).-----

Presentes os senhores, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, Manuel Fernando Mesquita Correia e Justina Alexandra de Sousa Teixeira, vereadores do PS e Diogo Miguel Figueiredo Rocha e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, vereadores do MMMF.----

FALTAS: Jorge Filipe Portela, do PS, Custodio Pereira Pinto e Margarida Correia Pinto do MMMF.

1 – Iniciada a sessão o senhor Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar os presentes, justificou o envio tardio da ata aos membros da assembleia devido a um imprevisto e pequeno desencontro entre os elementos da mesa o que gerou um atraso no envio da mesma, de seguida submeteu à votação a ata da reunião anterior, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Aberto o período antes da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal enalteceu a forma como se desenrolaram as comemorações do 25 de abril no concelho, felicitando o executivo e todos os colaboradores envolvidos no evento, fazendo ainda uma referência à tertúlia sobre a Liberdade, que decorreu na Biblioteca Municipal, dando espaço de intervenção a todos aqueles que compareceram e decidiram intervir, sublinhando que tal possibilidade não ficou confinada aos cidadão que têm assumido um papel mais ativo na política concelhia ou mesmo nas ações levadas a cabo pelas diversas instituições e associações.-----

No uso da palavra, o membro Carlos Miranda (MMMMF), cumprimentando todos os presentes, congratulou a forma graciosa como decorreram as celebrações do 25 de abril e pelo trabalho de todos desenvolvido. Concluiu apelando ao trabalho que deve ser desenvolvido com vista à participação mais ativa da população.-----

O membro Hugo de Sousa (MMMMF), começou por dirigir os seus cumprimentos a todos os presentes e subscreveu as considerações feitas pelo membro Carlos Miranda. Solicitou ainda ao senhor Presidente de Câmara Municipal esclarecimentos sobre a visita efetuada pela Polícia Judiciária aos edifícios do município, questionando o motivo que levou ao sucedido e se esta visita trará no futuro perigos e perdas para o município.-----

O membro Anabela Macedo (MMMMF), cumprimentou todos os presentes e solicitou ao senhor Presidente de Câmara Municipal esclarecimentos sobre uma notícia lançada pelo jornal Expresso sobre os valores que distribuíram para o distrito de Vila Real, no caso de Mesão Frio, que projetos ou candidaturas foram

apresentadas, em que temas e valores, e se algum dos temas terá sido no âmbito da eficiência energética no caso particular do Agrupamento de Escolas Professor António da Natividade. Quanto ao Orçamento do Participativo Jovem 2021/2022, indicando a envolvimento dos alunos e docentes no projeto, referiu que o processo deveria ter sido concluído em dezembro de 2022, o que não sucedeu até ao momento. Solicitou ainda esclarecimento sobre se o Agrupamento de Escolas irá ter Orçamento Participativo Jovem para 2022/2023.-----

O Presidente da Câmara Municipal, cumprimentando todos os presentes e em resposta ao deputado Carlos Miranda (MMMMF) referiu o empenho total da Câmara Municipal juntamente com as Freguesias na divulgação para a participação de instituições, associações e população em geral em todos os eventos. Começou por fazer referência à data histórica que terá lugar no próximo ano, meio século de celebrações do dia 25 de abril, Dia da Liberdade. Respondendo ao senhor deputado Hugo Sousa (MMMMF), referiu que ainda não foi ouvido nem está indiciado de nada, no entanto a Polícia Judiciária informou que como Presidente de Câmara está obrigado ao segredo de justiça, razão pela qual não pretende adiantar mais nada sobre o processo. Mais referiu que, sobre a situação das 3 colaboradoras do município que ao que se supõem foram visadas, a informação que dispõe é que estão de baixa médica. Concluiu esclarecendo que mostrou ao Ministério Público total disponibilidade para colaborar no apuramento dos factos, tendo, de resto, já requerido para ser ouvido no processo, porém, até ao momento não obteve resposta. -----

Relativamente ao PRR, em resposta às questões suscitadas pela deputada Anabela Macedo (MMMMF), o município não recebeu quaisquer valores. Dos 24 projetos/candidaturas não existe. Após investigação, relativamente aos valores que informam, poderá referir-se a 100 mil euros para obras no centro de saúde, 1 viatura elétrica no valor de 25 mil euros. Referindo ainda que os únicos valores que poderão provir do PRR serão referentes à transferência de competências na área da saúde e terão como finalidade a melhoria da eficiência energética do edifício do centro de saúde. -----

Ainda no âmbito da eficiência energética, o município está a preparar as condições necessárias para as candidaturas ao edifício das Piscinas Municipais cobertas, a todo o Agrupamento Escolar, ao edifício da Residência de Estudantes, ao edifício da Câmara Municipal, e ao edifício da Ação Social.-----

Relativamente ao Orçamento Participativo Jovem, existiram alguns problemas o que impossibilitou a conclusão do processo em dezembro 2022. No entanto o procedimento está em curso e será feita a adjudicação no prazo de dias. Quanto ao esclarecimento sobre se o agrupamento irá ter Orçamento Participativo Jovem para 2022/2023, o presidente indicou que poderá ser possível ainda neste ano letivo.- Tendo sido autorizado pelo Presidente da Câmara a intervir, o senhor Vereador Mário de Sousa Pinto (MMMMF), sobre a notícia do Expresso, referiu que a mesma suscita dúvidas no que diz respeito aos projetos públicos e aos projetos privados, que não os distingue. Resultará da notícia que existe 48 projetos privados candidatados no concelho de Mesão Frio, há 41 beneficiários e o montante dos projetos aprovados são 222 mil euros e o montante dos projetos pagos são de 91 mil e 800 euros. Existiu um desalinho entre duas notícias do Expresso, no entanto os assuntos debatidos ficaram esclarecidos. -----

O senhor deputado Hugo Sousa (MMMMF), voltou novamente a questionar sobre o controlo de danos possíveis sobre a intervenção da Polícia Judiciária, ao qual o senhor Presidente da Câmara, Paulo Silva,

respondeu que não lhe perturba a existência de fiscalizações, o que o perturba é ter existido um movimento daquela grandeza com 20 agentes da Polícia Judiciária devido a uma queixa anónima. -----

No uso da palavra, o membro Pedro Poças (PS), acrescentou que qualquer cidadão, instituição ou associação está sujeito a qualquer intervenção da Polícia Judiciária caso exista uma queixa, e compete, e bem, à Polícia Judiciária efetuar o seu trabalho. Lamenta ainda que o sucedido tenha acontecido debaixo de holofotes e não com o devido recato. -----

Não existindo mais nenhum pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu seguimento ao ponto 2, Período ordem do dia.-----

-- No ponto 2. a), apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº2, alínea c), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Silva, informou do trabalho que está a ser realizado e que pode ser confirmado com a leitura do documento entregue, destacando as diversas reuniões com entidades oficiais e particulares, os inúmeros eventos, e as obras realizadas. Abordou com especial enfoque as comunidades de energias renováveis, o desenvolvimento com a Associação Dignidade (Cartão ABEM), Reunião com o Instituto Empresarial do Tâmega – incubadora de empresas, Reuniões de trabalho, no âmbito da Estratégia Local da Habitação. Referiu ainda que a câmara tem ao longo dos tempos, e principalmente ao longo deste ano, trabalhado cada vez mais no arranjo, na limpeza e no reparo de pequenas coisas em todo o concelho, identificando que a recuperação da zona de lazer do rio Teixeira é uma extensão das obras a realizar na recuperação das ruas. Fez referência a alguns comentários sobre a não limpeza de alguns locais, como a zona de lazer da praia da Rede (freguesia de Vila Marim), que não está sob a responsabilidade do Município, e de Porto Rei (freguesia de Barqueiros), no entanto existem prioridades atuais como a limpeza de taludes junto a residências. Apresentou ainda o compromisso assumido para a zona de Lazer da praia da Rede, mostrando alguns projetos que tem em curso, que contempla, além do mais, um parque de autocaravanas. -----

Referiu ainda que foi abordado por um Arquiteto e pelo Engenheiro Fernando Gusmão, que ficaram maravilhados com o património do município e apresentou uma proposta para a reabilitação do Caminho do Rio na freguesia de Santo André no limite com a freguesia de Barqueiros. E, numa segunda reunião, manifestaram interesse num projeto para a Residência de Estudantes e para o Largo do Pelourinho. -----

Terminou Informando a Assembleia que a dívida do município se situa nos quatro milhões quinhentos e setenta mil trezentos e oitenta e cinco euros e que são cada vez menos os processos judiciais em curso.--

-- No ponto 2. b) Regulamento Municipal do Programa Social de Apoio à Habitação do Município de Mesão Frio – alteração – Proposta de aprovação. O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a proposta de alteração se prende com uma atualização/aumento do apoio financeiro, que de 3 mil euros passa para 7 mil e 500 euros, bem como ao nível das intervenções possíveis, cujo objeto é agora alargado. Não havendo ninguém inscrito para intervir, foi posto à votação o documento em mérito que foi aprovado por unanimidade.-----

-- No ponto 2. c) Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 19 de dezembro de 2022, nos termos do n.º 1 artigo 30.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 – Tomar Conhecimento. O Sr. Presidente da Câmara, no uso da palavra efetuou uma breve explicação sobre a temática. Não havendo ninguém inscrito para intervir, foi tomado conhecimento.-----

-- No ponto 2. d) Relatório de Diagnóstico “Mais Igualdade para Mesão Frio” - Em termos de Igualdade de Género no Município – Tomar Conhecimento. A documentação foi previamente disponibilizada. Não havendo ninguém inscrito para intervir, foi tomado conhecimento.-----

-- No ponto 2. e) Regimento de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local – EIVL – Tomar Conhecimento. A documentação foi previamente disponibilizada. O senhor Presidente da Câmara deu nota do número de colaboradores desta equipa, no entanto terá tendência a crescer de forma a cobrir todas as áreas. O deputado Maximiano Pereira Correia (PPD/PSD), teceu algumas considerações relativas ao ponto 3 do artigo 3º, do regimento da EIVL. Não havendo mais ninguém inscrito para intervir foi tomado conhecimento.-----

-- No ponto 2. f) Prestação de Contas do Exercício de 2022, com inclusão do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações do Município e respetiva avaliação – Proposta de Aprovação. Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente de Assembleia informou que se ia ausentar por breves instantes, pelo que os trabalhos passariam a ser conduzidos pela primeira secretária da Mesa, Ana Costa. O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra efetuou uma breve apresentação e explicação sobre o tema, após o que o Presidente da Assembleia reassumiu a presidência da Mesa. O membro Carlos Miranda, solicitou esclarecimentos sobre a questão abordada na Declaração de voto, que consta na Ata nº8/2023, de 19 de abril, em que os senhores vereadores Diogo Rocha e Mário de Sousa Pinto do MMMF se abstiveram da apreciação e deliberação da Prestação de Contas, Relatório de Gestão do Exercício de 2022, com inclusão do Inventário e aplicação do Resultado Líquido, devido a dúvidas e manifestação de estranheza pelas aparentes relações societárias e pessoais da empresa contratada para prestar serviços de “consultadoria de apoio à elaboração das demonstrações financeiras individual e consolidada” e a sua conexão com a empresa contratada para o “serviço de revisão oficial de contas – ROC”.-----

Os membros Maximiano Pereira Correia e Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim, (PPD/PSD), manifestaram idêntica preocupação, solicitando os devidos esclarecimentos sobre a mesma temática. O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra referiu que foi alertado para situação no decurso da reunião camarária. Questionados os serviços, informaram que, atentos os procedimentos anteriores em que foi parte interessada aquela firma, não havia quaisquer evidências de existência das aludidas relações societárias. Porém, uma vez conhecida e confirmada a situação, anulou o ato de adjudicação deste último contrato de prestação de serviços. Não obstante, garantiu que a certificação das contas foi feita com toda a isenção e rigor, sublinhando que as contas foram, efetivamente, elaboradas pelos serviços da câmara.

Com a anuência do Presidente da Câmara, o vereador Mário de Sousa Pinto (MMMMF), esclareceu o motivo da abstenção na votação da Prestação de Contas, Relatório de Gestão do Exercício de 2022, com inclusão do Inventário e aplicação do Resultado Líquido. -----

Face às questões suscitadas e aos esclarecimentos prestados, os membros do MMMF e do PPD/PSD solicitaram ao Presidente de Assembleia, uma suspensão dos trabalhos, por breves minutos, a fim de reunirem, o que foi deferido. Retomados os trabalhos, e não havendo mais ninguém inscrito para intervir, procedeu-se à votação, tendo-se registada treze votos a favor e seis votos contra do PPD/PSD e do MMMF. Os membros do PPD/PSD e MMMF apresentaram respetivas declarações de voto, anexas à presente ata.-----

No ponto 2. g) 1ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Planos e Orçamento para 2023 – Proposta de Aprovação; Não havendo ninguém inscrito para intervir, foi aprovado por maioria com quinze votos a favor e quatro abstenções do MMMF.-----

No ponto 2. f) Assunção de Encargos Plurianuais referentes às empreitadas para reparação dos danos provocados pelas cheias e inundações de dezembro/ 2022 e janeiro/2023 (Despacho n.º 3484/2023, de 17 de março) – Proposta de Aprovação. O Presidente da Assembleia informou os presente que, por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, este ponto era retirado da Ordem de trabalhos.--

3--Período aberto ao Público, não se registaram quaisquer pedidos de intervenção. -----
Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata da reunião, sendo, de seguida, pelo Presidente da Mesa, encerrada a sessão, pelas zero horas e vinte minutos do dia 27 de abril de 2023. -----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Manuel Pombo Soares Silva)

A Primeira Secretária da Assembleia Municipal

(Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa)

o Segundo Secretário da Assembleia Municipal

(Luís Miguel Silva Marques)